

PORTUGUÊS

7º ANO



HABILIDADE:

EF69LP28 - Observar os mecanismos de modalização adequados aos textos jurídicos, as modalidades deônticas, que se referem ao eixo da conduta (obrigatoriedade/possibilidade) como, por exemplo: Proibição: "Não se deve fumar em recintos fechados."; Obrigatoriedade: "A vida tem que valer a pena."; Possibilidade: "É permitido a entrada de menores acompanhados de adultos responsáveis", e os mecanismos de modalização adequados aos textos políticos e propositivos, as modalidades apreciativas, em que o locutor exprime um juízo de valor (positivo ou negativo) acerca do que enuncia. Por exemplo: "Que belo discurso!", "Discordo das escolhas de Antônio." "Felizmente, o buraco ainda não causou acidentes mais graves."



Conteúdo das atividades:

Atividade 1: TERMOS DE USO – TEXTOS NORMATIVOS

Atividade 2: TEXTO NORMATIVO/VERBOS/MODOS VERBAIS

Atividade 3: TEXTO NORMATIVO – CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

1

O texto a seguir integra os termos de serviço da plataforma YouTube. Leia-o com atenção para responder à pergunta.

“TERMOS DE SERVIÇO

[...]

Quem pode usar o Serviço?

Restrição de idade

Você precisa ter no mínimo 13 anos de idade para usar o Serviço; no entanto, crianças de todas as idades podem utilizar o Serviço e o YouTube Kids (se disponível na região do usuário), caso ele tenha sido ativado pelos pais ou responsável legal.

Permissão dos pais ou responsável

Se você tem menos de 18 anos, declara ter recebido a permissão dos seus pais ou do seu responsável para usar o Serviço. Peça a eles para que leiam este Contrato junto com você.

Se você é pai/mãe ou responsável legal de um usuário menor de 18 anos, ao permitir o uso do Serviço pelo seu filho, você fica sujeito aos termos deste Contrato e é responsável pelas atividades do seu filho no YouTube. Na nossa Central de Ajuda e no Family Link do Google, você encontra ferramentas e recursos para ajudar no gerenciamento da experiência da sua família no YouTube (inclusive como permitir que uma criança com menos de 13 anos use o Serviço e o YouTube Kids).

[...]

Legislação vigente

Todas as ações judiciais decorrentes ou relacionadas a estes termos ou ao Serviço serão regidas pela legislação da Califórnia, exceto com relação a suas regras sobre conflito de leis, e serão litigadas exclusivamente em tribunais estaduais ou federais do Condado de Santa Clara, Califórnia, EUA. Você e o YouTube autorizam a jurisdição pessoal desses tribunais.

Em vigor a partir de 5 de janeiro de 2022”

(Fonte: Youtube. Termos de serviço. Disponível em: www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt. Acesso em: 3 mar. 2022.)

A respeito dos termos de serviço do *YouTube*, é incorreto determinar que:

- a) as crianças podem acessar o serviço somente mediante autorização dos pais ou responsáveis.
- b) caso haja alguma disputa jurídica, deve ser resolvida fora do Brasil.
- c) as pessoas maiores de 18 anos podem utilizar o serviço sem precisar de autorização.
- d) apenas as pessoas maiores de 13 anos de idade podem acessar o serviço.
- e) o YouTube fornece recursos para ajudar os pais e responsáveis a gerenciarem a experiência dos filhos.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

2

O texto a seguir é uma norma referente ao uso comum das dependências de um condomínio. Leia-o com atenção para responder à questão.

“Regimento interno
[...]

Art. 6º - As entradas dos vestíbulos, passagens, corredores, escadas, halls, garagens, elevadores e todas as demais partes comuns do edifício não poderão ser utilizadas para qualquer serviço doméstico, depósito de guarda de qualquer material, utensílio ou objeto, sendo proibido o estacionamento de pessoas nestas partes comuns, quer a sós, quer em grupos.

Art. 7º - Os moradores do Condomínio deverão guardar silêncio das 22:00 horas às 7:00 horas, evitando a produção de ruídos que possam perturbar o sossego e o bem estar dos outros moradores.”

(Fonte: Modelo de regimento interno. Disponível em: www.contractual.com.br/wp-content/uploads/modelo-regimento-interno.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.)

No texto, os verbos que indicam impossibilidade e obrigação são:

- a) não poderão / deverão.
- b) sendo proibido / perturbar.
- c) proibido / perturbar.
- d) evitando / perturbar.
- e) não poderão / evitando.

3

O texto a seguir faz menção a argumentos que conferem autoridade à informação apresentada. Você consegue reconhecer quais são eles? Faça uma leitura atenta e responda à questão.

“Governo proíbe sorteio de prêmios em redes sociais sem autorização
“Curta a página da empresa no Facebook e compartilhe uma imagem para concorrer a prêmios”. O procedimento é conhecido dos internautas que usam as redes sociais, mas deve tornar-se menos comum.

O Ministério da Fazenda proibiu que empresas façam sorteios ou distribuição de brindes e prêmios por meio de redes sociais sem autorização prévia. O pedido deve ser feito por ofício ou carta, somente por empresas (pessoas jurídicas).

A autorização é dada pela Caixa Econômica Federal, ou pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), no caso de instituições financeiras.

Se for comprovada alguma irregularidade, a empresa sofre uma multa de 100% do valor dos prêmios, e pode ser proibida de fazer promoção por até dois anos.

Prática já era ilegal

A portaria do Ministério da Fazenda é de 18 de julho, mas a prática já era ilegal. Uma lei de 1971 proibia que empresas comerciais distribuíssem prêmios gratuitos, exceto por meio de concursos exclusivamente culturais, mas o texto foi reforçado para coibir a prática nas redes sociais.

“Antes da portaria, essa exigência já era feita, mas as regras da distribuição gratuita de prêmios não tinham de forma expressa a determinação para que as empresas de rede social requisitassem a autorização”, informou o Ministério em nota.

[...]”

(Fonte: Luiza Calegari. Governo proíbe sorteio de prêmios em redes sociais sem autorização. UOL, São Paulo, 26 jul. 2013. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/26/governo-proibe-sorteio-de-premios-em-redes-sociais.htm>. Acesso em: 7 mar. 2022.)

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

Pode-se dizer que a informação comunicada na notícia é sustentada pela menção:

- a) indireta à portaria do Ministério da Fazenda e à lei de 1971 que proibia a distribuição de prêmios.
- b) direta à autoridade da caixa Econômica Federal, que proibiu os sorteios nas redes sociais.
- c) direta às leis e portarias que impedem a realização dos concursos e premiações.
- d) ao uso indevido das redes sociais como forma de distribuir prêmios.
- e) à ilegalidade da prática dos concursos, que não é autorizada pela Caixa Econômica Federal.